

Nota Informativa

Edição 093/2024

DESTAQUES

- Comissão aprova projeto que obriga aplicativo de transporte a pagar seguros
- ANPD é formalizada como coordenadora do Sistema Nacional de Inteligência Artificial
- Incentivos das leis de Informática e do PADIS ficam sem cortes até 2029
- Lula anuncia no Piauí nova Estratégia e mais dinheiro para Governo Digital
- Líder do governo admite impacto menor para desoneração da folha e fala em R\$ 17 bilhões
- Para Baigorri, Brasil vive inconstitucionalidades no ambiente digital

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- No Senado, MCom defende não contingenciamento do Fust e Funttel
- Retorno ao índice
- Ministro-chefe do GSI sugere investimento em defesa cibernética
- Cibersegurança em saúde exige medidas rigorosas para proteger dados sensíveis
- Lula diz que talvez o Brasil não precise da inteligência artificial
- IA: Classificação de risco está entre principais impasses na tramitação
- Satisfação de usuários com Anatel tem pior resultado em seis anos
- Procon faz consulta sobre uso de Inteligência Artificial online

REFORMA TRIBUTÁRIA

- Reforma tributária: estados cobram transição de fundo de compensação para 2035

Secretário da reforma tributária detalha transição a deputados e diz que 2026 será “período de teste”

Cobrança da alíquota de novos tributos pode começar só no fim de 2026, diz secretário

Entidades criticam exigências para a manutenção de imunidade tributária

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Brasil anuncia operação de emissão de título sustentável no mercado internacional

Mercado aperta o cerco sobre o governo Lula

Galípolo vota com Campos Neto pela manutenção da taxa Selic em 10,50%, mas ainda é favorito do governo para a presidência do Banco Central

Copom interrompe cortes e mantém juros básicos em 10,5% ao ano

Pequenos negócios tomaram R\$ 1,2 bilhão em garantias do Sebrae

Desenrola Pequenos Negócios renegociou R\$ 1,25 bilhão em dívidas de 30,6 mil clientes, diz governo

ORÇAMENTO

Governo federal anuncia R\$ 1,6 bilhão para o setor audiovisual

POLÍTICA

Pacheco atende governo e adia pautas que mudam regras tributárias

Senado aprova recondução de Alexandre Barreto para o Cade

DESTAQUES

Comissão aprova projeto que obriga aplicativo de transporte a pagar seguros

Poder Legislativo | 20/06/2024 – 14h25min

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga as empresas de transporte de passageiros por meio de aplicativos (como Uber e 99) a pagar o seguro de acidentes pessoais para passageiros e o seguro obrigatório de veículos (atualmente SPVAT) para os motoristas. A contratação dos seguros será incluída pelos municípios e pelo Distrito Federal na regulamentação e fiscalização do serviço. O projeto altera a Lei de Mobilidade Urbana. A comissão concordou com o relator, deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), que recomendou aprovar o substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico ao Projeto de Lei 3498/19, do deputado Altineu Côrtes (PL-RJ). Rodrigues apenas atualizou a redação do substitutivo, trocando o termo DPVAT por SPVAT, que entrou em vigor recentemente. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD é formalizada como coordenadora do Sistema Nacional de Inteligência Artificial

Poder Executivo | 20/06/2024 – 14h17min

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi formalizada como órgão de

coordenação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA). A proposta foi apresentada em parecer do senador Eduardo Gomes (PL/TO) sobre o PL 2338/23, que dispõe sobre o uso da inteligência artificial (IA) no Brasil. O parlamentar apresentou o seu parecer à Comissão Temporária de Inteligência Artificial (CTIA) do Senado Federal na terça-feira (18). Como órgão de coordenação do SIA, a ANPD receberá novas atribuições. Caberá à Autarquia representar o Brasil perante organismos internacionais, sob a coordenação do Poder Executivo; celebrar acordos regulatórios com os demais integrantes do SAI; expedir orientações normativas gerais sobre certificados e acreditação de organismos de certificação; entre outras competências. Tal arranjo – com a autoridade de proteção de dados atuando como órgão central em um sistema de regulação de IA – é referência internacional, sendo adotado por outros países. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Incentivos das leis de Informática e do PADIS ficam sem cortes até 2029

Poder Legislativo | 20/06/2024 – 14h17min

O Plenário da Câmara aprovou o PL 13/2020, que renova os benefícios da Lei de TICs (informática) e do Padis até 2073, de forma equiparada à legislação da Zona Franca de Manaus, que também foi prorrogada no final do ano passado para o mesmo período. O substitutivo aprovado pelo relator, Deputado André Figueiredo (PDT/CE), foi a junção do PL 13 com o PL 719/24, da Frente Parlamentar da Indústria Elétrica e Eletrônica e que tem a autoria de 74 Deputados. Além da prorrogação automática das leis de TICs e do Padis até 2073 (após alteração a ser feita na LDO em 2024), o texto prevê a manutenção da totalidade dos incentivos das leis de TICs e do PADIS até 2029, com a consequente retirada da "escadinha", que previa a queda dos incentivos já a partir do próximo ano. O PL contempla também a adequação do crédito para a TECNAC - tecnologias nacionais. Para as tecnologias desenvolvidas no País, as indústrias recebem um crédito financeiro de 13,65%. Com a nova lei, o crédito para TECNAC passará para 15% no Centro-Sul e para 17% nas demais regiões. Instituiu ainda o Programa Brasil Semicondutores - Brasil Semicon. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula anuncia no Piauí nova Estratégia e mais dinheiro para Governo Digital

Poder Executivo | 20/06/2024

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva Lula, e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, participam na sexta-feira, 21/6, do encerramento da Caravana Federativa do Piauí, em Teresina. Um dos destaques do evento é a liberação de crédito simplificado, por meio da Caixa Econômica Federal, para estados e municípios investirem em ações de aprimoramento do governo digital. A iniciativa faz parte das medidas para a implantação da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD), que será lançada durante o evento. A Estratégia Nacional é um conjunto de recomendações estratégicas para articular e direcionar as iniciativas de governo digital em todos os entes da Federação, com o objetivo de tornar o Estado mais inclusivo, eficaz, inteligente e eficiente. Em 2023, foram realizadas várias oficinas presenciais nas cinco regiões do país e eventos remotos, para ampliar o debate sobre o tema com instituições governamentais e não governamentais de todo o Brasil. Ao todo, os eventos contaram com a participação de quase 900 pessoas. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líder do governo admite impacto menor para desoneração da folha e fala em R\$ 17 bilhões

Poder Executivo | 19/06/2024 – 22h38min

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), admitiu na quarta-feira (19) impacto menor com a desoneração de empresas e municípios e disse que o número que recebeu do governo é de R\$ 17,2 bilhões. Os dados contrariam estimativas da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Wagner afirmou que o impacto estimado em 2024 é de aproximadamente R\$ 9 bilhões com a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia. É de cerca de R\$ 8 bilhões com a desoneração para os municípios de até 156 mil habitantes. Um valor mais baixo de renúncia implica numa necessidade menor

de medidas para financiar o custo da medida. A equipe de Haddad calculou em R\$ R\$ 26,3 bilhões a perda de arrecadação com a desoneração da folha (R\$ 15,8 bilhões das empresas e R\$ 10,5 bilhões dos municípios). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Para Baigorri, Brasil vive inconstitucionalidades no ambiente digital

Poder Executivo | 19/06/2024 - 20h08min

Na visão do presidente da Anatel, Carlos Baigorri, o anonimato é um dos principais aspectos que cria um ambiente nocivo no ecossistema digital. O servidor acredita que o Brasil vive um cenário onde impera a inconstitucionalidade no ambiente digital, fazendo com que direitos fundamentais sejam violados. Para o presidente da Anatel, a previsão de responsabilidade elencada no art. 19 do Marco Civil da Internet (MCI), que está em discussão no STF, daria para as plataformas um salvo conduto para se eximir de qualquer problema no ambiente online. Diferente, cita Baigorri, acontece com os meios de comunicação social tradicionais. "Se alguma emissora fizer algum comentário sobre algum entrevistado, existe uma responsabilidade dos meios de comunicação tradicionais, o que não existe no ambiente digital. E isso está previsto no art. 19 do MCI", disse Baigorri, que participou do debate "Novos desafios regulatórios do ecossistema digital", que aconteceu na quarta-feira, 19, na Câmara dos Deputados. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No Senado, MCom defende não contingenciamento do Fust e Funttel

Poder Executivo | 20/06/2024 - 12h56min

O não contingenciamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) é um fator chave para garantir a expansão da conectividade no Brasil, afirmou o secretário de telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), Hermano Tercius, durante Seminário da Câmara Temática de Comunicações, organizado pela Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi) no Senado Federal. Segundo Tercius, o fundo setorial é importante para a implementação de políticas públicas como o Norte e Nordeste Conectados e Escolas Conectadas. "Debatemos os principais projetos e desafios do Ministério das Comunicações, em especial os projetos que estão sendo agora financiados pelo Fust, que pela primeira vez conseguimos liberar, depois de 23 anos, e mostramos aqui a importância de os parlamentares apoiarem os Projetos de Leis que vedam o contingenciamento do Fust e do Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações)", enfatizou Hermano Tercius. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministro-chefe do GSI sugere investimento em defesa cibernética

Poder Legislativo | 20/06/2024 - 10h35min

A Política Nacional de Cibersegurança foi tema de debate, na terça-feira (18), na Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética. Convidado da audiência pública, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general Marcos Antônio Amaro, estimou em mais de R\$ 1 trilhão o prejuízo do país com crimes cibernéticos. — O Fórum Econômico Mundial avalia que cerca de 14% do PIB dos países do mundo todo são consumidos pelos crimes cibernéticos; 14% do nosso PIB seria R\$ 1,5 trilhão. Se as iniciativas relacionadas à criação de um órgão de governança, fiscalização e controle resultam em uma economia de 10% do que se perde, seria de R\$ 150 bilhões. O volume de recursos que se perde com crime cibernético sem dúvida é inimaginável. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cibersegurança em saúde exige medidas rigorosas para proteger dados sensíveis

Mercado | 20/06/2024

Segundo relatório publicado pela SonicWall, somente em 2023, foram detectados mais de 310 milhões de ataques cibernéticos com a utilização do malware ransomware ao

redor do mundo, sendo o setor de saúde um dos mais impactados. Em 2024, devido ao aumento do valor da bitcoin - moeda de troca pedida pelos invasores - as invasões e danos com esse malware continuaram. Recentemente, a Ascension - organização sem fins lucrativos com atuação em 19 estados dos Estados Unidos - precisou interromper suas operações momentaneamente após serem sinalizadas "atividades desconhecidas" em algumas das redes do sistema que controla 140 hospitais e 40 instalações para idosos. Como essas invasões estão se tornando recorrentes, a Organização Mundial da Saúde (OMS), visando ajudar as instituições a se protegerem, sinalizou algumas dicas que, juntas, contribuem para uma rede mais segura. São elas: investir em uma equipe de TI; contratar profissionais com especialização em cibersegurança; e investir em projetos e novas tecnologias. Fonte: Saúde Business

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula diz que talvez o Brasil não precise da inteligência artificial

Poder Executivo | 19/06/2024 – 21h44min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na 4ª feira (19.jun.2024) que talvez o Brasil não precise de IA (inteligência artificial). Segundo o petista, se a tecnologia não vier para melhorar qualidade de trabalho e tornar pessoas mais humanas, prefere a inteligência "humana". "Se a inteligência artificial vier para melhorar a nossa condição de trabalho, para aumentar a densidade de ganho de dinheiro da Petrobras, se a inteligência artificial ajudar o ser humano a ser mais humano, que seja bem-vinda. Mas se não fizer isso, nós ficamos com a nossa inteligência. Eu não troco vocês todos por uma inteligência artificial que eu ainda não conheço e vocês eu conheço bem", declarou. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IA: Classificação de risco está entre principais impasses na tramitação

Poder Legislativo | 19/06/2024 – 20h34min

A conclusão do relatório da comissão responsável por analisar proposta de marco legal para a inteligência artificial tem como principais demandas de ajustes dos setores envolvidos na discussão a lista dos sistemas considerados de "alto risco", aos quais são destinados condicionantes para o desenvolvimento e uso das aplicações, assim como estão previstas salvaguardas aos usuários e punições em caso de descumprimento. O adiamento da votação envolve, entre outros pontos, a tentativa de flexibilização. Parlamentares ouvidos pelo Tele.Síntese afirmam que têm sido procurados por representantes de empresas que alegam temer o impacto no desenvolvimento (ou continuidade) de sistemas que demandam maior rigor regulatório. Uma outra frente pede maior distinção entre as responsabilidades dos desenvolvedores e daqueles que vão aplicar as ferramentas de IA (saiba mais abaixo). A regulação de IA está sendo discutida principalmente a partir do texto formulado por comissão de juristas no Senado Federal, transformada em projeto de lei assinado pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o PL 2.338/2023. O relator, Eduardo Gomes (PL-TO) trabalha em substitutivo que já adotou algumas flexibilizações, mas que ainda está aberto para mudanças. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Satisfação de usuários com Anatel tem pior resultado em seis anos

Poder Executivo | 19/06/2024 – 18h15min

A satisfação dos usuários com os serviços prestados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) caiu para o nível mais baixo dos últimos seis anos em 2023. Relatório divulgado na quarta-feira, 19, pela ouvidoria do órgão regulador mostra que, numa escala de 1 a 6, o índice ficou em 4,05 no ano passado. A nota ainda permanece no campo positivo, mas indica "pouca satisfação". A pesquisa avalia o grau de satisfação e a efetividade dos serviços prestados pela agência ao público em geral e às empresas reguladas. Na prática, são avaliados quatro serviços: atendimento ao consumidor; certificação e homologação; outorga de serviços e soluções de competição. Juntos, formam o indicador geral chamado Índice de Satisfação dos Usuários dos Serviços Prestados (ISSA). Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Procon faz consulta sobre uso de Inteligência Artificial online

Mercado | 19/06/2024 – 18h11min

O Procon-SP lançou na semana pesquisa para conhecer a percepção e opinião do consumidor sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) nas compras on-line. Os resultados coletados irão nortear o desenvolvimento de atividades da área de estudos e pesquisas do Procon-SP, como materiais educativos, palestras e outras ações. A participação pode ser pelo site ou pelas redes sociais do Procon-SP. A pesquisa consiste em um questionário de 13 perguntas de múltipla escolha, no qual o visitante deve opinar sobre questões que envolvem o uso da IA durante as compras em lojas, sobre o uso da IA na coleta de dados e análise do comportamento do consumidor, se já identificou publicidade personalizada para o seu perfil e se já foi vítima de fraude após a interação com IA. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: estados cobram transição de fundo de compensação para 2035

Poder Executivo | 19/06/2024 – 20h38min

Os governos estaduais cobram um prazo maior para a implementação do fundo de compensação do ICMS, que será substituído pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), como forma de evitar a judicialização com a extinção de benefícios fiscais na transição do modelo tributário atual para o que será adotado a partir da reforma aprovada no ano passado. O tema foi debatido na Câmara, na quarta-feira (19), pela secretária de Fazenda de Alagoas, Renata Santos, e pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. No primeiro projeto de lei da regulamentação da reforma (PLP 68/2024), elaborado pela Fazenda, o governo definiu o ano de 2031 como limite para o fundo entrar em vigor. Os estados desejam mudar o prazo para 2035. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Secretário da reforma tributária detalha transição a deputados e diz que 2026 será “período de teste”

Poder Executivo | 19/06/2024 – 18h46min

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, disse na quarta-feira (26) que o ano de 2026 será um "período de teste" para os dois novos tributos criados pela reforma tributária: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo. De acordo com o Projeto de Lei Complementar 68/24, que define as regras sobre incidência, base de cálculo e alíquotas dos novos tributos, o período de transição começa em 2026, quando o IBS, de competência compartilhada entre estados e municípios, e a CBS, de competência federal, serão cobrados simultaneamente com os atuais – PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS –, mas com alíquotas reduzidas. Pelo texto, em fatos geradores ocorridos ao longo de 2026, a alíquota estadual de IBS será de 0,1%, enquanto a CBS no período terá alíquota de 0,9%. Entre 2027 e 2028, o IBS terá alíquota estadual de 0,05% e municipal de 0,05% e a CBS terá a alíquota de referência fixada pela União e reduzida em 0,1 ponto percentual. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cobrança da alíquota de novos tributos pode começar só no fim de 2026, diz secretário

Poder Executivo | 19/06/2024 – 16h59min

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, disse na quarta-feira (19) que a cobrança da alíquota de teste dos novos tributos sobre o consumo pode começar só no final de 2026. A emenda constitucional da reforma tributária, promulgada no ano passado, estipulou uma transição gradual para o novo sistema de IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Em 2026, a alíquota será de 0,9% na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e de 0,1% no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Entidades criticam exigências para a manutenção de imunidade tributária

Poder Executivo | 19/06/2024 – 16h41min

Entidades que têm imunidade tributária nos impostos sobre consumo criticaram exigências para a manutenção do benefício no novo sistema tributário, previstas no projeto de regulamentação da reforma tributária (PLP 68/24). Elas participaram de audiência pública do grupo de trabalho que analisa a regulamentação. Um exemplo é a vedação de que os dirigentes das entidades recebam mais que o teto do serviço público, que é o salário do ministro do Supremo Tribunal Federal, ou R\$ 44 mil. As entidades que não pagarão os novos impostos sobre consumo (IBS e CBS) são as religiosas; os partidos políticos; os sindicatos; aquelas de venda de livros, de jornais e de serviços de comunicação; e entidades filantrópicas de educação e assistência social. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Brasil anuncia operação de emissão de título sustentável no mercado internacional

Poder Executivo | 20/06/2024 – 10h29min

O Tesouro Nacional anuncia na quinta-feira (20/6) o lançamento da segunda emissão de título sustentável em dólares no mercado internacional. Será realizada a emissão, no mercado norte-americano, de um novo benchmark de sete anos, com vencimento em 2032. O objetivo da operação é reafirmar o compromisso da República com políticas sustentáveis, convergindo com o crescente interesse de investidores não residentes e com a expansão do mercado de títulos temáticos no mundo. Do modo, o Tesouro Nacional dá continuidade à sua estratégia de emissão de títulos soberanos sustentáveis, e se compromete a alocar o montante equivalente aos recursos líquidos captados na operação em ações que impulsionam a sustentabilidade e contribuam para a mitigação de mudanças climáticas, para a conservação de recursos naturais e para o desenvolvimento social, conforme estabelecido no Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis e de acordo com os intervalos indicativos do segundo Relatório de Pré-Emissão, publicado em maio. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Mercado aperta o cerco sobre o governo Lula

Poder Executivo | 20/06/2024 – 09h03min

Venho alertando, desde o ano passado, que Campos Neto ameaçaria a credibilidade do Banco Central se atuasse como central sindical do rentismo. Depois de espalhar pânico no mercado com suas manifestações públicas antes da reunião do Copom de maio, ele esticou a corda ao aceitar ser ministro da Fazenda em um hipotético governo Tarcísio de Freitas; agora pôs-se a espalhar informações catastróficas sobre a situação do governo. Encurralado pelas ações da quinta-coluna, o Copom precisou demonstrar unanimidade na parcimônia monetária, interrompendo os cortes da Selic, a qual não deve baixar de 10,5% até 2025. A despeito da incerteza no cenário externo, havia espaço seguro para cortes, pelo menos até 9%, como mostrou meu colega Bráulio Borges em artigo recente para o Ibre-FGV. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Galípolo vota com Campos Neto pela manutenção da taxa Selic em 10,50%, mas ainda é favorito do governo para a presidência do Banco Central

Poder Executivo | 19/06/2024 – 19h36min

A decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) em manter a taxa Selic em 10,50% ao ano, para o governo federal, não muda a situação de Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do BC, como um dos favoritos para substituir o atual presidente, Campos Neto. Galípolo seguiu o voto pela manutenção da taxa básica de juros com Campos Neto, alvo de críticas do presidente Lula. Segundo aliados de Lula ouvidos pelo blog, nada muda e que Galípolo segue o favorito a ser indicado para a

presidência do BC. Eles dizem que já era esperada que a votação seria por manter a Selic em 10,50%. Esses menos aliados afirmam que a votação fortalece a indicação de Galípolo à presidência do BC, que mostrou independência e autonomia em sua decisão. O mandato de Campos Neto termina em 2024. Assessores do presidente acreditam que o voto pode ter sido um jogo ensaiado de Lula e Galípolo, uma "operação despiste", para diminuir a resistência do indicado pelo mercado. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Copom interrompe cortes e mantém juros básicos em 10,5% ao ano

Mercado | 19/06/2024 – 18h36min

A alta recente do dólar e o aumento das incertezas econômicas fizeram o Banco Central (BC) interromper o corte de juros iniciado há quase um ano. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 10,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. A manutenção ocorre após o Copom reduzir a Selic por sete vezes seguidas. Na última reunião, em maio, a velocidade dos cortes diminuiu. De agosto do ano passado até março de 2024, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião. Em maio, a taxa tinha sido cortada em 0,25 ponto percentual. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pequenos negócios tomaram R\$ 1,2 bilhão em garantias do Sebrae

Mercado | 19/06/2024 – 16h38min

Empreendedores de pequeno porte já tomaram R\$ 1,2 bilhão em garantias do Fundo de Aval para a Micro e Pequena Empresa (Fampe) do Sebrae para empréstimos junto a bancos. No total, cerca de 20 mil operações foram realizadas com os recursos do fundo, ferramenta do Programa Acredita, do governo federal. Segundo o Sebrae, o volume registrado entre janeiro e maio de 2024 representa 140% de aumento em relação ao mesmo período de 2023. Quase 30 instituições bancárias se habilitaram para ofertar os recursos, possibilitados com o aporte de R\$ 2 bilhões do Sebrae para a viabilização de R\$ 30 bilhões em crédito nos próximos três anos. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Algumas medidas para compensação foram descartadas, diz nº 2 de Haddad

Poder Executivo | 19/06/2024 – 16h27min

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse na 4ª feira (19.jun.2024) que algumas medidas apresentadas pelos congressistas "fazem sentido" para compensar a desoneração da folha salarial de 17 setores e de municípios de até 156,2 mil habitantes. O governo avalia que é preciso um pacote para ser alcançado o valor da renúncia fiscal de R\$ 26,3 bilhões. Durigan declarou que pretende solucionar o tema até o fim do 1º semestre legislativo. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desenrola Pequenos Negócios renegociou R\$ 1,25 bilhão em dívidas de 30,6 mil clientes, diz governo

Mercado | 19/06/2024 – 11h39min

O programa de renegociação de dívidas de empresas de pequeno porte, chamado de "Desenrola Pequenos Negócios", registrou um volume renegociado de R\$ 1,25 bilhão até 12 de junho, informou o Ministério da Fazenda na quarta-feira (19). No total, cerca de 30,6 mil clientes optaram pela iniciativa, e renegociaram 39 mil contratos desde o início do programa, em 13 de maio. Os números foram coletados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Governo federal anuncia R\$ 1,6 bilhão para o setor audiovisual

Poder Executivo | 19/06/2024 – 23h49min

O governo federal vai investir R\$ 1,6 bilhão no setor audiovisual, com foco na produção de filmes e séries nacionais. O anúncio foi feito dia 19 em evento no Rio de Janeiro que celebrou o Dia Nacional do Cinema. A data é uma referência às primeiras imagens cinematográficas registradas no país, em 19 de junho de 1898, pelo cineasta Afonso Segreto. Na cerimônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que regulamenta a cota de tela de cinema. A Lei 14.814/2024 foi sancionada em janeiro de 2024 e determina que salas de cinema devem exibir uma cota comercial de obras cinematográficas brasileiras até 31 de dezembro de 2033. Segundo o governo, o objetivo é promover a valorização do cinema nacional. A Agência Nacional do Cinema (Ancine) terá a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da lei, com a exibição dos filmes de forma proporcional durante o ano. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**POLÍTICA****Pacheco atende governo e adia pautas que mudam regras tributárias**

Poder Executivo | 20/06/2024 – 09h03min

A pedido do governo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adiou a votação de 2 projetos que buscam equilibrar as relações entre os pagadores de tributos e a Receita Federal. Ambos estavam na pauta de 4ª feira (19.jun.2024). Segundo Pacheco, os projetos –PLP 125/2022, que institui o Código de Defesa do Contribuinte, e o PLP 124/2022, que muda as regras de atuação do Fisco– retornarão à pauta oportunamente. Pacheco disse que quer ouvir os líderes, em reunião agendada para 5ª feira (20.jun), sobre a nova data de votação das propostas. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que os temas são complexos e pediu mais tempo para análise do texto. Fonte: Poder 360I

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Senado aprova recondução de Alexandre Barreto para o Cade**

Poder Legislativo | 19/06/2024 – 18h41min

O Senado aprovou na quarta-feira (19) a recondução de Alexandre Barreto para o cargo de superintendente-geral do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) pelos próximos dois anos. Ele havia sido sabatinado pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) em 14 de maio. O nome de André Luís Macagnan Freire também foi aprovado pelos senadores para o cargo de procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao conselho. Ele vai ocupar a vaga aberta em abril com o fim do mandato de Juliana Oliveira Domingues. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)